

*Pensar o sexo e o gênero*



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

*Eleni Varikas*

*Pensar o sexo e o gênero*

TRADUÇÃO

Paulo Sérgio de Souza Jr.

V427p Varika, Helene.  
Pensar o sexo e o gênero / Eleni Varikas; tradução: Paulo Sérgio de Souza  
Jr. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

1. Papel sexual. 2. Teoria feminista. 3. Relações de gênero. 4. Com-  
portamento sexual. I. Souza Júnior, Paulo Sérgio de, 1986. II. Título.

CDD - 305.42  
- 305,3  
- 301.417

ISBN 978-85-268-1338-0

Índices para catálogo sistemático:

1. Papel sexual	305.42
2. Teoria feminista	305.42
3. Relações de gênero	305.3
4. Comportamento sexual	301.417

Título Original: *Penser le sexe et le genre*

Copyright © Eleni Varikas

Copyright da tradução © 2016 by Editora da Unicamp



“Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d’Aide à la Publication 2014  
a bénéficié du soutien de l’Institut Français du Brésil.”

“Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2014,  
contou com o apoio do Instituto Francês do Brasil.”

1ª reimpressão, 2020

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas  
neste livro são de responsabilidade da autora e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar

Campus Unicamp

CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil

Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728

[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

À minha mãe, sempre insubmissa.



## *Agradecimentos*

Pelos encorajamentos, pela disponibilidade, pela ajuda material, pelos conselhos e observações críticas, gostaria de agradecer calorosamente aos(às) amigos(as) que acompanharam a escrita deste trabalho, sem ser responsáveis pelas suas fraquezas: Christine Cadot, H  l  ne Deville, Bertrand Guillaume, G  rard Mairet, Mich  le Riot-Sarcey. Evelyne Pisier, pela amizade e pelo humor com os quais ela orientou a tese de habilita  o\* que est   na origem deste livro. Michael L  wy, pela sua cumplicidade, pela obstina  o tranquila das suas perguntas, pelo seu talento em achar o... ponto-final. Por fim, meu muito obrigada a Elsa Dorlin, por suas observa  es judiciosas e sua preciosa contribui  o para a formata  o deste texto. O Minda de Gunzburg Center for European Studies da Harvard University foi um lugar ideal para a pesquisa e a reda  o do   ltimo cap  tulo deste trabalho. O meu muito obrigado a todos aqueles e aquelas que tornaram a minha estada t  o aconchegante, calorosa e estimulante.

---

\* Consiste, em diversos pa  ses, na qualifica  o universit  ria – recebida ap  s o t  tulo de doutor – que    condi  o necess  ria ao exerc  cio docente em n  vel superior. (N. da T.)





# Sumário

<i>Prólogo – O camaleão que somos</i> .....	11
1. <i>Gênero: Um conceito itinerante</i> .....	17
No cruzamento das disciplinas.....	17
Uma genealogia edificante: A gramática de Protágoras .....	20
Territórios nacionais, territórios do pensamento .....	26
Exceção francesa?.....	36
2. <i>Pertinências e impertinências do gênero</i> .....	55
Um gênero todo seu.....	55
“Escovar a história a contrapelo” .....	63
Universalidade, República, exclusão.....	73
Desordem doméstica, desordem política .....	81
A experiência do gênero .....	96
<i>Índice Onomástico</i> .....	127



# Prólogo

## O camaleão que somos

*Chi non ammirera questo nostro camaleonte?*

G. Pico della Mirandola, 1486

Tudo pode acontecer com o Zorro. Zorro, o justiceiro negro que galopa pelas paisagens noturnas em direção a outros horizontes do possível. Zorro, o irreverente, o impertinente que traça o “Z” da desobediência no uniforme da ordem – esse uniforme do arbitrário que a gente tão cedo aprendia a detestar na Grécia do pós-guerra. Zorro, o inimigo interior da sua casta, que se mistura com a escória da terra, os peões, os analfabetos. Não o Zorro cativo da televisão, lamentavelmente travestido em auxiliar do sargento Garcia, mas do jeito que ele emerge das páginas corruptoras do *Masque* [Máscara], essa edificante leitura que os garotos do bairro esperavam com impaciência todas as quintas-feiras na frente da banca. Os garotos e algumas garotas. Leitura altamente desaconselhada pelos adultos – “imundície”, o avô emburrado dizia –, ela juntava à fascinação do sonho as delícias da transgressão. O Zorro que desafia a nascentia, transpondo alegremente as fronteiras das condições e dos gêneros; aristocrata engomado de dia, justiceiro intrépido à noite, cuja passividade “afeminada” e o apreço pelas sedas desesperam a bela prometida que suspira na janela pelo seu *alter ego*, o cavaleiro noturno. Zorro, fraco e inofensivo na aparência, que esconde por trás da máscara uma cólera surda e apaixonada. Zorro-a-derrisão cujo riso ressoa nos ouvidos dos vilões, muito depois de ele ter desaparecido noite afora. Zorro-a-Liberdade.

Quem é que não admiraria esse camaleão?

Nascer na pele de uma mulher e se sentir, ser educada para se pensar, ter a certeza de ser um “puro e simples ser humano”; aspirar a valores, a atos, a escolhas reputadamente humanos, os quais – muito cedo se compreende isso – só podem ser reivindicados por usurpação, por travestimento, a título de exceção. Compartilhar as paixões, os terrores, a busca pela liberdade das personagens literárias; “reencená-las” antes de dormir, em cenários imaginários, sem nunca desconfiar de que se está forjando, assim, uma hibridez existencial que nunca a abandonará. É claro, dizer “nunca” também é demais! Há, entretanto, essa dúvida que paira nos elogios ambíguos que acompanham a sua bravura de goleira, o seu jeito de bater que nem garoto, nas ruas desse bairro de ex-refugiados da Ásia Menor; essa dúvida que desponta por detrás da compaixão inconfessa que se sente do infeliz para sempre desonrado por ter “apanhado de uma garota”; essa dúvida que se afoga, mal e parcamente, no orgulho do reconhecimento. “É que eles não viram as outras”, se poderia dizer.

Mas, justamente, onde estão as “outras”? Onde estão as garotas nos romances? Por que elas nunca estão onde acontecem as coisas interessantes? Às vezes a gente ouve os risos delas por trás das cercas dos jardins, figuras distantes feito as prometidas do Zorro, de Ivanhoé.

E, no entanto, não se pode fazer vista grossa quanto às garotas. A gente encontra inevitavelmente um monte delas nos bancos lotados do colégio público – impetuosas, dóceis, rebeldes, divertidas, desmancha-prazeres, brilhantes, fingidas. Nesse universo não misto, a unicidade dos uniformes pretos com colarinhos brancos não chega a dar cabo da diversidade. Curiosa reviravolta de um mundo sexuado que faz você descobrir, na não mistura, o disparate da segregação. A professora de educação física organizará cotidianamente, em vão, a caça aos signos distintivos; as alunas vão se gabar de contornarem a sua vigilância para ostentar, com uma inventividade inesgotável, as marcas discretas, mas infalíveis, de uma multiplicidade irreduzível. Multiplicidade que conforta aquilo de que, no fundo, você já suspeitava: que você não é uma bizarrice, que seu comportamento, suas proezas e suas faltas de jeito são marcas não de desvio, mas de sin-

gularidade; que você não é uma “exceção”, já que não há regra. Não mais que o uniforme que você veste, o seu sexo não teria como dizer quem você é – você não é transparente! Ninguém teria como prejulgar o que você maquina em silêncio enquanto, como todo mundo, se submete estoicamente à oração matinal coletiva.

Aqui se chega à questão de saber quem é “a gente” e a quem poderia se endereçar a cumplicidade desse “você”. A experiência singular do mundo por um “eu” nascido mulher é comunicável? Ela é formulável em termos universais? Como aquele louco da piada que tinha, enfim, compreendido que não era um grão de milho, mas se perguntava com angústia se acaso os habitantes do galinheiro sabiam disso, a percepção subjetiva de si e de sua singularidade permanece sempre frágil, incerta, ameaçada, se ela não se cruza no olhar do outro com essa fagulha de reconhecimento que faz de cada um(a) de nós um ser ao mesmo tempo semelhante e distinto. Confirmação necessária, porque – Hobbes que me desculpe – nós não brotamos como cogumelos, mas, pelo contrário, somos “postos juntos”, para o bem ou para o mal. E porque somos postos juntos, a questão do “a gente” e do “você” não teria como ser evadida. Ela se coloca quando, na prova oral de latim, perguntam se você sabe preparar um bolo; ela se coloca quando você acabrunha, com o seu desprezo, aquela que aceitou recitar a infame receita. Talvez ela precisasse mais que você da licenciatura dela – você vai dizer pra si mesma mais tarde, bem mais tarde.

Há situações em que se aprende muito rápido que não dá para ignorar a “nascença” da gente, quando se aspira ao estatuto do puro e simples ser humano. Basta pensar nos desgostos desses estudantes que, em plena ditadura, carregavam o inconveniente nome de “Democracia” ou de “Laocracia” (poder popular) que tinham dado e eles nos anos 1940, na antecipação mágica de amanhães melhores. Mas essa experiência, por sua vez, é comunicável em termos universais; ela pode, sem problemas, passar do “a gente” para o “você” neste país em que o número de fichas policiais ultrapassa largamente a taxa da população adulta, e no qual, ao ir retirar a carteira de iden-

tidade, a pessoa descobre, com uma mistura de estupor e de orgulho nada merecido, que a sua ficha começa 19 anos antes do seu nascimento. Por mais absurda e injusta que seja, a intimidação com a qual se arca por ter nascido de pais que pensam por si mesmo é imediatamente inteligível como tal, formulável na linguagem forjada por uma longa tradição de protesto e de desconfiança em relação à autoridade arbitrária; ela pode se inscrever sem problemas no rico repertório que deslegitima, por meio da derrisão, a lendária estupidez de uma ordem que faz com que os mortos votem – isso quando não estabelece mandados de prisão póstumos contra “oriundas de Luxemburgo, com o nome de Rosa”.

Em contrapartida, nenhuma suspeita de ilegitimidade recai sobre a afronta infligida a uma mulher pelo fato de ela nascer mulher; nenhuma gramática política permite formular a implicação da autoridade arbitrária que possibilita uma afronta como essa. Declinada conforme a estrutura do mundo às avessas, que parece mudar tão pouco desde priscas eras, a insubmissão feminina ocupa nas tradições plebeias o lugar de uma paródia do político que indica os limites da contestação da ordem existente – que são, ao mesmo tempo, os do político. Longe de desestabilizar a ordem, a derrisão se torna aí uma arma a serviço dela; arma tão eficaz que não é pensada como tal.

Nascer mulher e reivindicar o estatuto do puro e simples ser humano, a dignidade do indivíduo singular, é levar uma vida interior dupla; é negociar existências (pessoais, políticas, intelectuais) separadas ora entre os homens, ora entre as mulheres – mensageiro insólito e autoproclamado de uma universalidade que se furta. A ausência de uma linguagem disponível para formular a liberdade das mulheres, e o fato de essa ausência ser algo politicamente impensado, introduz um anteparo entre a experiência singular do sujeito feminino e seu acesso ao universal.

A inadequação entre as minhas percepções subjetivas e as ferramentas de que disponho para comunicá-las faz de uma parcela significativa de minha experiência do mundo uma experiência indizí-

vel – logo, clandestina – que lapida de maneira subterrânea o meu relacionamento com os outros, sem poder se medir nessa relação intersubjetiva especificamente humana que pode lhe conceder uma visada universal. Essa clandestinidade interior instala uma dúvida radical na conformidade das minhas percepções, uma dúvida que introduz, nos gestos cotidianos, uma tonalidade estridente ou percebida como tal. Com frequência, muitas feministas interpretaram mal, creio eu, a reprovação que Virginia Woolf dirigia às mulheres autoras: se a animosidade e a amargura que às vezes se deduz por trás das linhas de algumas de suas ancestrais enfraquecem, segundo ela, a força universal de suas obras, não é nisso que elas revelam a indignação da mulher autora perante a sina que lhe cabe – e, sim, no fato de traduzirem não a indignação, mas a sua impotência, a qual, na medida em que permanece surda e não expressa, pode se perceber apenas na forma de ressentimento. A subjetividade paranoide daqueles para quem o pleno acesso à humanidade se choca com barreiras invisíveis não passa de pura invenção dos seus detratores. De igual maneira, é uma das modalidades da existência de todos aqueles que nasceram do lado ruim do universal, num mundo que supostamente teria abolido os privilégios de nascença.

Nascer mulher, e reivindicar a dignidade do indivíduo livre, supõe ao mesmo tempo levar a sério as promessas do universalismo e desafiá-lo. A célebre afirmação de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se”, ganha aqui toda a sua amplitude problemática. Ela permite perceber, por um lado, que cada mulher participa dessa indeterminação própria à condição humana que faz do seu nascimento um dado primeiro que será reencenado pela ação – a sua, a dos outros. Um dado que não teria como prejudicar o que eu poderia ou querer vir a ser, que não teria como prejudicar o potencial do meu devir individual. Nesse sentido, tampouco se nasce homem, torna-se. Mas se para o eu masculino a ação a partir da qual ele rompe com o seu destino – ou rearranja os dados de sua nascença – é precisamente o que o conecta ao humano universal, no caso das mulheres, e de outros grupos malnascidos, o eu singular

carrega as marcas indeléveis de uma condição coletiva de nascença que o atrela ao particular. Eu bem que me recusei a me “tornar mulher”, isto é, eu resisti à sina que está reservada a todas aquelas que, como eu, nascem mulheres; de toda forma, sou percebida como tal por causa da minha nascença. E, vamos supor que eu o deseje, não posso me desfazer do meu sexo como de uma camisa velha. Não que eu pertença irremediavelmente às “fêmeas da espécie humana”, cuja essência, como lembra o *Petit Robert*, é “conceber e pôr crianças no mundo”; é, antes, que a pertença me impede de ter acesso à humanidade genérica, de ser percebida – logo de saída e antes de qualquer coisa – como fazendo parte da “espécie animal mais evoluída” que é o ζῶον πολιτικόν.\*

Não há linguagem política para pensar a liberdade ou, o que dá na mesma, a não liberdade das mulheres; não há linguagem para conceber uma ausência como essa em termos políticos. Essa linguagem, será preciso inventá-la.

---

\* *Zōon politikon*, do grego: animal político. (N. da T.)



## *Gênero: Um conceito itinerante*

### *No cruzamento das disciplinas*

No cruzamento da história intelectual, da teoria política e de uma abordagem epistemológica, a reflexão que se segue é testemunha de um périplo através de países e paisagens intelectuais inexplorados, rumo a tradições políticas e a práticas científicas menos conhecidas, a passados e presentes diferentes e, no entanto, comparáveis – enfim, rumo a territórios disciplinares cujos limites são frequentemente muito bem resguardados, mas felizmente tão permeáveis quanto as fronteiras nacionais.

O estatuto do itinerante desencadeia, por vezes, uma atitude insolente em relação às fronteiras que nem sempre é de desrespeito. Ultrapassar os limites, infringir as regras nem sempre é “uma questão de livre escolha”, mas algo previsível<sup>1</sup> para o recém ou a recém-chegada. Na falta de se orientar com uma facilidade de nativo pelas sinuosidades dos recortes acadêmicos e disciplinares que mudam de contorno ao sabor dos deslocamentos,<sup>2</sup> poderemos nos contentar com meditar a respeito da contingência deles, tentar relativizar seus pressupostos, eventualmente fazer de uma situação de fato – o fato de se situar *no cruzamento* de mais de uma disciplina ou “cultura” – uma vocação.

Pensar relações de poder naturalizadas ou atreladas a relações sociais mais visíveis e reconhecidas só pode encorajar tal posiciona-

mento. Este corresponde, com efeito, à busca, incessantemente desiludida, por uma correspondência entre questionamentos – que surgem de maneira anárquica e imprevisível da heterogeneidade da experiência cotidiana, do ensino, da pesquisa – e os métodos, as categorias de análise, os questionários canônicos e as fontes autorizadas, que transformam esses questionamentos em objetos legítimos de pesquisa para cada uma das ciências sociais constituídas. Inadequação cuja questão em jogo é menos a interdisciplinaridade – conceito que reafirma a pertinência das divisórias disciplinares, justo quando era para interrogá-la – do que o descompasso entre a “impureza” da experiência humana (e da linguagem que a expressa e a ela confere sentido) e o purismo das ciências que supostamente a estudam e explicam.

Apesar das convocatórias à interdisciplinaridade,<sup>3</sup> é nesse solo comum da experiência que retornou – e retorna, nos seus melhores momentos – a pesquisa sobre as mulheres e o gênero, para explorar o que havia sido omitido ou marginalizado pelos procedimentos de abstração que atribuem às categorias científicas a sua validade universal. Abordar de uma perspectiva transdisciplinar esses elementos apartados conduz a levar a sério o veredito severo de Adorno: as ciências humanas traem, com efeito, “aquilo que [se] promete ao espírito”, quando tratam esses fragmentos do universal como algo “irrelevante, arbitrário e irracional”<sup>4</sup> – ou, pior, quando classificam a injustiça social “na categoria de fatos brutos”<sup>5</sup> inacessíveis ao juízo de valor.

Reunir e relacionar esses pedaços esparsos de experiência nos quais se expressa a materialidade das relações entre homens e mulheres leva, com efeito, a repensar os pressupostos implícitos que fundam as fronteiras das disciplinas. É testemunha disso, por exemplo, o pressuposto que faz com que “a troca de mulheres” seja um conceito pertinente ao estudo das sociedades primitivas que constituem terreno da antropologia, mas pareça deslocado – polêmico, até – na pena do historiador das sociedades modernas e contemporâneas.<sup>6</sup> Na realidade, o que torna esse conceito impertinente não é

a sua inadequação ao estudo de fenômenos modernos, como, por exemplo, o acúmulo do capital ou a formação das burguesias e das elites profissionais e políticas na Europa,<sup>7</sup> mas, sim, o fato de que ele contradiz o preconceito progressista segundo o qual tais práticas sociais, incompatíveis com a liberdade dos modernos, pertencem a formações arcaicas, e não são nada constitutivas da modernidade.<sup>8</sup>

A análise política do antagonismo de sexo esbarra infalivelmente na imagem que a modernidade faz de si mesma, no “mito da ruptura”,<sup>9</sup> que não se expressa em nenhum outro lugar com tamanha potência quanto no automatismo que remete a desigualdade dos sexos e a heteronomia das mulheres a um aquém da modernidade política. Certamente não há uma modernidade, mas *modernidades*. Mas, seja qual for o critério ou o enquadramento teórico que se adote, a hierarquia de sexo tem dificuldade de se pensar de outro modo que não como uma modernidade não consumada, que não como uma ruptura imperfeita com o passado. Quando a modernidade se torna sinônimo de progresso, tudo se passa como se, por uma inversão paradoxal da célebre máxima de Fourier, já não fosse necessário verificar o “progresso das mulheres rumo à liberdade”<sup>10</sup> para avaliar “os progressos sociais”, como se estes implicassem, por definição, aquele. O automatismo que assimila modernidade a liberdade das mulheres encobre uma análise política das verdadeiras continuidades e rupturas que moldam o antagonismo de sexo nos tempos modernos; mas ele impede, igualmente, que se pense como as novas configurações desse antagonismo moldam a própria definição da modernidade. A transição, por exemplo, do direito paternal ao direito conjugal não significa somente a instituição simultânea da liberdade individual do homem e o assujeitamento radical da mulher;<sup>11</sup> significa, também, a criação de um espaço a salvo da crítica da autoridade arbitrária, a *invisibilidade* e a *despolitização* de um assujeitamento que, por séculos, foi pensado em termos de *dominação*.

Tal como ocorre com outras relações sociais percebidas como vestígios arcaicos ou pré-modernos (o antissemitismo, o racismo, a xenofobia, a homofobia), o recorte das relações de sexo numa diver-

sidade de objetos de conhecimento autônomos impede igualmente apreendê-los em sua integridade e sua dinâmica própria; travestido em uma junção de sintomas naturais, traços psicológicos, comportamentos individuais ou em funções de um determinismo “social”, o antagonismo de sexo perde seu caráter *sistemático*, sua dimensão propriamente *política*. E, inversamente, abordada como um conjunto significativo, a materialidade dessas relações antagônicas desafia as distinções fundadoras do político (entre privado e público, pessoal e político, família e comunidade, sociedade civil e Estado). Ela permanece politicamente inclassificável, a menos que se redefina o político.<sup>12</sup>

### *Uma genealogia edificante: A gramática de Protágoras*

“Não temos tempo”, como dizia Virginia Woolf, “para cunhar novas palavras, muito embora a linguagem precise delas”.<sup>13</sup> Mas se podem, a seu exemplo, dar outros sentidos àquelas que existem. Pois a linguagem não é só uma prisão foucaultiana que nos dita suas condições: é, de igual maneira, um campo de ação onde se reinventa incessantemente o sentido das palavras, para torná-las cada vez mais adequadas à nossa percepção das coisas – esse campo em que o impensado pode vir a ser objeto do pensamento. Os novos empregos da palavra *gênero* nas ciências humanas forneceram, ao longo das últimas décadas, um exemplo característico. Substituindo categorias tais como “*sexo*” ou “*diferença sexual*” – cujo determinismo biológico e cujo uso autoexplicativo ela contestava –, a noção de *gênero* estava chamando a atenção para a construção social das categorias de sexo, para as relações sociais e as relações de poder que fazem, dos seres machos e fêmeas, homens e mulheres numa dada sociedade. Amparando-se no valor de evocação das metáforas que, desde priscas eras, serviam-se do gênero dos substantivos para evocar traços e distinções sociais,<sup>14</sup> o novo emprego desse termo lhe transviava a função me-